

POR QUE PSICOLOGIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL?

*MACÊDO, Orlando Júnior Viana

Faculdade Leão Sampaio – Juazeiro do Norte (CE), Brasil.

Recebido em: 08/12/2014; Aceito: 16/01/2015; Publicado: 26/02/2015

RESUMO

Introdução: O presente trabalho consiste em um recorte de uma tese de doutorado que partiu da seguinte questão-problema: a Psicologia tem conseguido trabalhar nas Políticas da Assistência Social (PAS) de forma a efetivar direitos das crianças e dos adolescentes? Ou esta atuação tem se caracterizado como uma ferramenta a mais para o controle social dos pobres? Buscou-se suporte teórico na perspectiva crítico-dialética e na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski. **Objetivos:** O estudo em questão objetivou analisar a atuação dos profissionais de Psicologia nas PAS na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. **Metodologia:** Recorreu-se à entrevista semiestruturada realizadas individualmente com onze profissionais de Psicologia que atuavam no Cariri cearense. As entrevistas foram analisadas por meio do *software* ALCESTE. **Resultados e discussão:** Os dados empíricos revelaram que: em sua atuação os profissionais se deparam com vários aspectos das PAS que limitam sua atuação profissional; a formação que tiveram acesso, tanto no meio acadêmico, quanto nas capacitações pouco contribuíram para atuação; concebem a infância e adolescência a partir de perspectivas naturalizante e universalista. **Conclusões:** Considera-se que as condições de trabalho, associadas às limitações da própria PAS, da formação acadêmica e das capacitações que os profissionais de Psicologia tiveram acesso são aspectos que fazem com que a Psicologia atue mais numa perspectiva de controle social das crianças e dos adolescentes do que numa perspectiva de efetivação dos direitos sociais, deixando de fazer sentido a presença da Psicologia na Assistência Social. O que demanda mudanças urgentes na formação acadêmica e na própria política em questão.

Palavras-chave: Psicologia; Assistência Social; atuação profissional.

ABSTRACT

Introduction: The present study comprises of a part of a doctoral thesis on the following question/problem: has Psychology been able to work in the Social Assistance Policy (Política de Assistência Social - PAS) in order to ensure the rights of children and adolescents? Or has this practice been characterized as an additional tool for social control of the poor? Critical-dialectical perspective and Vygotsky's Cultural-Historical Psychology were used as theoretical support. **Objectives:** The present study aimed to analyze the practice of the professionals of Psychology in the PAS in ensuring the rights of children and adolescents. **Methods:** Semi-structured interviews individually performed were used with eleven professionals of Psychology who work in the Cariri area in Ceará. The interviews were analyzed using the ALCESTE *software*. **Result and discussions:** Empiric data showed that: The professionals face in their practice various aspects of the PAS that limit their professional practice; the training they had access to at university and for professional qualification didn't help much their practice; they conceive childhood and adolescence based upon naturalizing and universalist perspectives. **Conclusions:** Working conditions associated with the limits of the PAS itself, the academic training and professional qualifications that the professionals of Psychology had access to are considered to be aspects that make Psychology to work more as a perspective of social control of children and adolescents than as a perspective of ensuring the social rights, what makes no sense having the Psychology in the Social Assistance. This demands urgent changes in the academic training and in the policy itself.

Keywords: Psychology; Social Assistance; Professional practice.

* Doutor em Psicologia Social. Professor da Faculdade Santa Maria - FSM. Coordenador do Curso de Psicologia e Professor da Faculdade Alto Oeste Potiguar – FACEP. E-mail: orlandojrvm@yahoo.com.br

Introdução

A partir de um resgate histórico da Psicologia, percebe-se uma tradição e hegemonia de um modelo clínico individualizado, com uma atuação pautada num modelo de profissional liberal, que atendia aos anseios de uma pequena parcela da população que gozava de uma boa condição financeira para remunerar os serviços prestados pelos profissionais de Psicologia (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2005; GONÇALVES, 2010; MACEDO; DIMENSTEIN, 2012). Somado a essa tradição individualizante e elitista da Psicologia, identifica-se uma história da Política de Assistência Social (PAS) marcada por uma perspectiva assistencialista, caritativa e higiênica. Sobretudo quando voltadas para crianças e adolescentes pobres, o que resulta em uma grande desafio pensar a atuação da Psicologia na Política de Assistência Social numa perspectiva de efetivação dos direitos sociais.

O presente trabalho, que consiste em um recorte de uma tese de doutorado, tem como objeto de estudo a atuação dos profissionais de Psicologia na Política de Assistência Social (PAS) junto às crianças e aos adolescentes. Recorreu-se a uma análise de Políticas Públicas pautada numa tradição marxista (NETTO, 2011), por se considerar que esta propicia fecundos argumentos para uma reflexão do significado social das Políticas Públicas e seus limites na contemporaneidade. E a teoria Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 1996) por possibilitar analisar a realidade a partir das nuances históricas, culturais, econômicas e políticas, considerando uma articulação entre os aspectos objetivos e subjetivos, externos e internos, pois compreender a atuação dos profissionais de Psicologia, nas situações sociais que pretende agir e transformar, implica compreender o conjunto de fatores que compõem a realidade social e a existência dos sujeitos sociais (objetiva e subjetivamente).

Diante do exposto, pensa-se a infância e a adolescência como expressão das questões sociais que emergem a partir da relação capital-trabalho, estando, portanto, em conexão com as relações de poder que atravessam tais questões, buscando-se, por meio do presente estudo, reafirmar centralidade perspectiva de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, dando visibilidade a realidade objetiva e a forma que a mesma repercute na atuação dos profissionais de Psicologia nesse processo de efetivação dos direitos sociais desses sujeitos.

Considera-se, dessa forma que as Políticas Públicas devem ser democráticas, garantir os direitos sociais básicos, promover a cidadania e, para serem eficazes, precisam contar com a adesão e a participação dos envolvidos. Tal concepção justifica-se pelo entendimento de que as Políticas Públicas constituem-se como um espaço contraditório, mas com hegemonia do capital, como um terreno importante de luta de classes, de defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos de cortes de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho.

Dessa forma, Política Pública demanda uma atuação técnica qualificada teoricamente e pautada por preceitos ético-políticos. Levando-se em consideração o histórico da atuação dos profissionais de Psicologia, a história das Políticas de Assistência Social no contexto brasileiro, sobretudo as voltadas para crianças e adolescentes pobres, bem como as mudanças decorrentes da Constituição Cidadã de 1988, o presente estudo partiu do pressuposto de que a atuação da Psicologia na efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes se dá distante das reais necessidades desses sujeitos.

Considera-se que num Estado socialdemocrata como o Brasil, a atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, para atender às reais necessidades das crianças e dos adolescentes, precisa estar pautada na realidade concreta desses sujeitos, por meio de uma atuação comprometida com uma transformação social. Tendo-se o entendimento de que ao desconsiderar as dimensões cultural, social, econômica e política que repercutem na Política de Assistência Social e na realidade concreta das crianças e dos adolescentes para quem a atuação se volta, a atuação da Psicologia se caracteriza como uma ferramenta a mais de controle das crianças e adolescentes por meio de intervenções que sejam funcionais a lógica do capital. Objetivou-se, dessa forma, analisar a atuação dos profissionais de Psicologia nas PAS no âmbito da Assistência Social na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Metodologia

O estudo foi realizado no Cariri cearense que corresponde aos municípios de Abaiara, Barbalha, Brejo Santo, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Porteiras e Santana do Cariri. Participaram do estudo onze profissionais de Psicologia que atuam na Política de Assistência Social do Cariri, sendo um profissional representando cada uma das cidades que compõem Cariri cearense.

Recorreu-se a entrevistas semiestruturadas realizadas individualmente. As entrevistas contemplaram aspectos biosociodemográficos e tiveram questões norteadoras que contemplaram os seguintes temas: formação acadêmica que tiveram acesso, ao longo da graduação; capacitação/formação que tiveram acesso para atuar na Política de Assistência Social; o que fazem, como profissional de Psicologia, na Política de Assistência Social; como fazem; referencial teórico-metodológico que utilizam; como este referencial norteia a prática; concepção acerca de infância e adolescência; concepção acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes; dificuldades institucionais e pessoais que enfrentam na atuação profissional; avaliação acerca da contribuição de sua atuação profissional para efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes.

Após autorização prévia da secretaria competente e do coordenador da instituição e agendamento, que levou em consideração disponibilidade do profissional de Psicologia e aceite do mesmo em participar, foram realizadas as entrevistas com os profissionais de Psicologia, mediante assinatura

de termo de consentimento livre e esclarecido. Para análise das entrevistas foi utilizada a análise de conteúdos lexicais, por meio do *software* ALCESTE. Recorreu-se à análise clássica do ALCESTE a partir do Dendograma de Classificação Hierárquica Descendente, o que possibilitou compreender as expressões e cada uma das palavras pronunciadas pelos profissionais de Psicologia, analisando-as a partir de seus lugares e inserções sociais, não as tomando de forma isolada. Para tanto, a teoria Histórico-Cultural funcionou como guia no processo de desvelamento da atuação dos profissionais de Psicologia nos Serviços de Proteção Social da política de Assistência Social na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Dessa forma, as entrevistas foram transcritas, mantendo-se as expressões verbais da forma como foram colocadas pelos participantes. Paralelamente à transcrição, os roteiros de entrevista utilizados com os profissionais de Psicologia foram subdivididos em três blocos, sendo estes: Atuação dos profissionais de Psicologia, Formação dos profissionais de Psicologia e Infância, Adolescência e Direitos.

Resultados e Discussão

Os blocos Atuação dos profissionais de Psicologia, Formação dos profissionais de Psicologia e Infância, Adolescência e Direitos receberam essas denominações em função das análises dos radicais compõem as classes de cada um dos blocos, sendo, portanto, representativo das falas dos profissionais de Psicologia a partir dos questionamentos evocados no processo de entrevista, os quais contemplam o objeto de estudo da pesquisa em questão.

O bloco Atuação dos profissionais de Psicologia foi dividido pelo ALCESTE em três classes principais: Limitadores da atuação da Psicologia (77 % das Unidades de Contextos Elementares - u.c.e's); Como se dá atuação dos profissionais de Psicologia (10 % das u.c.e's); e Para quem se dá atuação (13% das u.c.e's). O bloco Formação dos profissionais de Psicologia foi dividido em quatro classes principais: Capacitação disponibilizada (22 % das u.c.e's); Dificuldades no início da atuação profissional (19 % das u.c.e's); Possibilidades da formação acadêmica (30 % das u.c.e's); e Direcionamento da formação acadêmica (29 % das u.c.e's). O bloco Infância, Adolescência e Direitos foi dividido em quatro classes principais: Violação de direitos (16 % das u.c.e's); Dinâmica das famílias das crianças e dos adolescentes (13 % das u.c.e's); Atuação dos profissionais de Psicologia (31 % das u.c.e's); e Concepções acerca de infância e adolescência (40 % das u.c.e's). No presente estudo serão apresentadas apenas a classe mais representativa de cada uma das temáticas.

Através dos conteúdos das u.c.e's e dos radicais típicos da classe *Limitadores da atuação da Psicologia*, do bloco Atuação dos profissionais de Psicologia, percebe-se que o profissional de Psicologia em sua prática nos equipamentos da Política da Assistência Social se depara com alguns aspectos que limitam sua atuação profissional, a saber: despreparo dos gestores e dos técnicos, que não conhecem o papel do profissional de Psicologia; falta de envolvimento de alguns profissionais com a política em questão; uma formação

acadêmica inadequada, que não possibilita um norte teórico claro para atuação; ausência de uma formação política e comprometimento social por parte dos profissionais de Psicologia; e desarticulação da rede de atendimento, que inviabiliza encaminhamentos e alimenta demanda por um atendimento clínico individualizado em ambientes como o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

Por meio desses limitadores percebe-se que o sistema de garantia dos direitos ainda não funciona na prática. Vale destacar que assegurar direito remete ao poder público, é um dever do Estado. No entanto, como destacara Netto (2011), o Estado, por meio das Políticas Públicas, consegue respaldo como “social”, mediador de interesses conflitantes. E o faz, apenas preservando e controlando a força de trabalho, administrando as expressões das questões sociais, atendendo às demandas da ordem monopólica.

Através dos conteúdos das u.c.e's e dos radicais típicos da classe *Possibilidades da formação acadêmica*, do bloco Formação dos Profissionais de Psicologia, percebe-se que os profissionais de Psicologia referem-se a um direcionamento da formação acadêmica influenciado tanto por questões de interesses pessoais por determinadas áreas da Psicologia, quanto por questões institucionais, pois, em alguns casos não houve essa possibilidade de escolha, sendo o direcionamento da formação acadêmica determinado pela instituição, predominando Psicologia Clínica, seguido de Psicologia Organizacional.

Esse modelo de formação acadêmica, que não possibilita, de fato, uma formação generalista, limita teórico-metodologicamente tais profissionais, haja vista predomínio de práticas mais tradicionais, sem espaço para inovação, ao longo dessa formação acadêmica defasada, marcada por um viés individualizante (GONÇALVES, 2010), o que dificulta uma atuação nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, junto às crianças e aos adolescentes, numa perspectiva promotora de autonomia e de efetivação dos direitos sociais.

Através dos conteúdos das u.c.e's's e dos radicais típicos da classe *Concepção acerca da infância e adolescência*, do bloco Infância, Adolescência e Direitos, percebe-se que os profissionais de Psicologia concebem a infância e adolescência a partir de uma perspectiva naturalizante e generalista, o que se identifica, de uma forma mais clara, por meio das percepções desses profissionais acerca da adolescência; considerada pelos profissionais de Psicologia como uma fase de transição, como sendo complicada, marcada por crises, perdas e rebeldia.

Por meio dessas concepções naturalizantes e generalistas, apresentadas pelos participantes do presente estudo, considera-se que os profissionais de Psicologia da Política de Assistência Social, isolam o mundo psíquico no interior nas crianças e dos adolescentes, como algo natural, universal, atribuindo-lhes uma essência definitiva. Dessa forma, como chamam atenção Macedo e Dimenstein (2012), fazem o jogo da reprodução de modelos que serializam e fixam identidades. Produzem, assim, uma “verdade” sobre determinados modos de ser e viver a infância (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2005), desconsiderando a

realidade objetiva na qual esses sujeitos estão inseridos e as demandas que os mesmos apresentam. Dissociam esses sujeitos da situação em que vivem, como se fosse possível essas crianças e adolescentes desenvolverem-se num vácuo social.

Os elementos apresentados pelos profissionais são constitutivos de suas concepções (VIGOTSKI, 1996) e respaldam-se na cultura, nos coletivos de que partilham, nas relações com os outros, na formação acadêmica, nas capacitações que tiveram acesso, nas relações desses profissionais gestores e as correlações de força que perpassam essas relações. O que repercute na atuação desses profissionais, na condição de prática social.

Conclusões

Diante do exposto considera-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido pela Psicologia para que a mesma possa, de fato, contribuir para efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes por meio das PAS, pois os dados empíricos revelaram que: os profissionais de Psicologia, que atuam nas Políticas de Assistência Social do Cariri cearense, não consideram infância e adolescência a partir das especificidades e da realidade objetiva que constitui tais sujeitos; atuam junto a sujeitos em condição de vulnerabilidade, mas o fazem numa perspectiva higienista, cujas ações não visam à autonomia, ao protagonismo, à organização ou à participação política, o que demonstra que a atuação da Psicologia nas Políticas de Proteção Social no âmbito da

Assistência Social pode ser caracterizada como uma ferramenta a mais de controle das crianças e dos adolescentes pobres por meio de intervenções que sejam funcionais a lógica do capital.

Referências

CRUZ, L.; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N.M.F. *Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi*. Psicologia & Sociedade, set/dez, v.17, n.3, p.42-49, 2005.

GONÇALVES, M. da G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. *Psicologia e a Produção do Cuidado no Campo do Bem-Estar Social*. Psicologia & Sociedade, v. 21, n. 3, p. 293-300, 2012.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas** (Vol. 4). Madrid: Visor, 1996.